JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.19 11:01:24 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 19 de março de 2024 • Nº 1765 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Solenidade de São José

PÁGINA 6

SIGILO QUEBRADO

BC comunica que dados de 46 mil chaves Pix foram vazados

Um total de 46.093 chaves Pix de clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada (Fidúcia) tiveram dados cadastrais vazados. A informação foi divulgada ontem pelo Banco Central. Esse foi o sexto vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020. Segundo o BC, o vazamento ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos. Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia decidiu divulgar o incidente em nome do "compromisso com a transparência". PÁGINA 5

DITADURA

MPF cobra implicação e multas para 42 ex-agentes

O Ministério Público Federal (MPF) em SP protocolou ações na Justiça para responsabilizar 42 ex-agentes da ditadura militar pelos atos de tortura e desaparecimento dos opositores do regime. A ação envolve o ex-coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, o ex-delegado Sérgio Paranhos Fleury, ambos falecidos, além de outras pessoas que integraram o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e o Instituto Médico Legal (IML) na década de 70. As ações requerem a responsabilização civil dos acusados e pede o pagamento de R$ 2,1 milhões para reparar os atos de sequestro, tortura, assassinato desaparecimento e ocultação dos corpos de 19 militantes políticos. No caso dos acusados que já morreram, a indenização deve ser paga pelos herdeiros, segundo o MPF. Na avaliação dos procuradores, os atos praticados pelos acusados não podem ser anistiados pela Lei de Anistia nas esferas cível, ramo do direito que trata da indenização, e criminal. "A anistia brasileira é um típico exemplo de autoanistia, criada justamente para beneficiar aqueles que se encontravam no poder. Tal forma de anistia é claramente reprovada pelo Direito Internacional, que não vê nela qualquer valor. Não bastasse, o Congresso não possuía nenhuma autonomia e independência e seria pueril crer que havia, àquela altura, uma oposição firme ", argumentaram os procuradores. PÁGINA 7

GOVERNO EM BAIXA

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Em reunião com ministros, Lula pede foco em programas já lançados

Em reunião com sua equipe de ministros na manhã de ontem em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) recebeu um balanço dos principais resultados do primeiro ano de governo e fez recomendações para que as ações anunciadas e recriadas comecem a ser percebidas pela população. O encontro, que começou por volta das 9h, no Palácio do Planalto, terminou pouco depois das 14h. Na primeira parte da reunião, Lula afirmou que "ainda falta muito para se fazer" e criticou o governo anterior por ter abandonado a população, além de tentar um golpe de Estado. Em seguida, o presidente acompanhou balanços apresentados pelos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda). Em coletiva após o término da reunião, o chefe da Casa Civil destacou que o presidente quer foco nos programas que já foram lançados, e que não deve haver anúncio de novas ações agora, mas a concretização das medidas prometidas. PÁGINA 7

FECOMÉRCIO

Turismo brasileiro cresce quase 8% em 2023

PÁGINA 2

SAÚDE

Ministério muda gestão de hospitais federais no RJ

O Ministério da Saúde deu início ontem aos trabalhos do Comitê Gestor que administrará seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Segundo a pasta, o órgão vai atuar por pelo menos 30 dias junto às direções de cada hospital, para recuperar e reestruturar as unidades depois de "anos de precarização". O Comitê Gestor vai ser dirigido pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (Saes), com representantes do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), assessorias, coordenações e secretarias do Ministério da Saúde. Um dos objetivos declarados é melhorar a governança e o diálogo entre servidores, sindicatos e gestores. Todos os processos de aquisição de medicamentos e insumos e de contratação de obras foram centralizados no Ministério da Saúde. A medida foi tomada para aumentar o poder de negociação da pasta e garantir maior eficiência e controle na distribuição dos insumos, o que significa evitar falhas no abastecimento e desperdícios. Segundo o ministério, outras iniciativas estão em curso para melhoria do sistema, que ocorrem desde o início de 2023. PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA: 0,17% / 126.954,18 / 212,37 / Volume: R$ 22.585.155.012 / Negócios: 3.331.439

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	2.10	+7.14	+0.14
COGNA ON ON NM	2.59	+4.44	+0.11
REDE D OR ON NM	26.090	+3.45	+0.870
BRADESPAR PN N1	20.15	+3.33	+0.65
GERDAU PN N1	21.43	+3.13	+0.65

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MRV ON NM	7.77	–5.70	–0.47
YDUQS PART ON NM	18.41	–3.81	–0.73
ELETROBRAS ON N1	41.45	–3.60	–1.55
ELETROBRAS PNB N1	46.03	–3.12	–1.48
TOTVS ON NM	30.07	–2.97	–0.92

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON ED NM	60.90	+1.91	+1.14
PETROBRAS PN N2	36.34	+0.06	+0.02
VIVARA S.A. ON NM	26.41	–14.03	–4.31
BRASIL ON EJ NM	56.03	–2.20	–1.26
EMBRAER ON NM	29.63	+1.82	+0.53

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.790,43	+0,20
NASDAQ Composite	16.103,448	+0,82
CAC 40	8.148,14	-0,20
FTSE 100	7.722,55	-0,06
DAX	17.932,68	-0,02
Ftse Mib	33.954,59	+0,04

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,83% (fev.)	Compra: 5,5239	Venda: 5,7039
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 5,0124	+0,37%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(16/03)	0,5664%	BM&F/grama	R$ 349,98	Compra: 5,0252	Venda: 5,0258
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(16/03)	0,0661%	Compra: 5,4620	Venda: 5,4627	Compra: 5,0492	Venda: 5,2292

MERCADOS

Bolsa sobe 0,17% com Vale e com atenção voltada a Fed e Copom

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou a sessão de ontem, em leve alta em um dia marcado por cautela nos mercados. Investidores estão em compasso de espera pelas decisões de política monetária de diversos países, incluindo Estados Unidos e Brasil, esta semana. As ações da Vale subiram, seguindo o minério de ferro, e foram destaque de alta na sessão. Em contrapartida, Eletrobras puxou o índice para baixo, sob temores de ingerência política.

Em meio ao clima de cautela, o Índice Bovespa (Ibovespa) encerrou o dia com 126 954,18 pontos, em alta de 0,17%. O giro financeiro ficou em R$ 21,9 bilhões. Ao longo do dia, o índice oscilou entre a mínima de 126.272,19 pontos (-0,37%) e a máxima de 127.540,21 pontos (+0,63%).

O principal impulso positivo para o Ibovespa veio da valorização de 0,94% do minério de ferro na bolsa de Dalian, na China, para US$ 111,58 por tonelada. O aumento da commodity impulsionou não apenas Vale ON (+1,91%), a ação com maior peso no índice, como também outras mineradoras e siderúrgicas.

As ações da Petrobras caíram durante quase todo o dia. No entanto, no fim da tarde, engataram recuperação, apoiadas em uma valorização próxima de 2% dos preços de petróleo. Os papéis da petroleira fecharam em alta, de 0,06% (PN) a 0,85% (ON).

O contraponto negativo ficou com Eletrobras, que cedeu entre 3,6% (ON) e 3,12% (PNB), penalizada novamente pelo risco de ingerência política. Na ponta negativa do Ibovespa, aparecem MRV ON (-5,7%) e Yduqs ON (-3,81%), além de Eletrobras ON e PNB. Do outro lado, os destaques ficaram com Magazine Luiza ON (+7,14%) - beneficiada pela expectativa pelo balanço do quarto trimestre -, além de Cogna ON (+4,44%), Rede DOr ON (+3,45%) e Bradespar PN (+3,33%).

DÓLAR

O dólar à vista subiu ontem, pelo terceiro pregão consecutivo no mercado doméstico de câmbio e voltou a fechar acima de R$ 5,00 pela primeira vez desde fins de outubro do ano passado. Com mínima a R$ 4,9844 e máxima a R$ 5,0254, o dólar à vista encerrou em alta de 0,56%, cotado a R$ 5,0259 - o maior valor de fechamento desde 31 de outubro do ano passado (R$ 5,0414).

2023

Faturamento do turismo brasileiro cresce quase 8%

No ano passado, o turismo brasileiro cresceu 7,8% e teve um faturamento em torno de R$ 189,4 bilhões, de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Segundo a entidade, o dado consolida a recuperação do setor, que foi um dos mais atingidos pela pandemia do novo coronavírus.

Só no mês de dezembro, o aumento foi de 1,1% sobre o mesmo mês de 2022, com um incremento de R$ 18,1 bilhões, o melhor resultado para um único mês desde o início da pandemia, em 2020.

No desempenho anual, o resultado positivo foi puxado principalmente por atividades como locação de meios de transporte, que apresentou alta de 18,3% no período. Somente o segmento de viagens rodoviárias não teve um bom desempenho em 2023, com queda de -4%.

Já o resultado do mês de dezembro foi puxado pelo segmento de alojamento, que cresceu 15,7%, e pelo faturamento do transporte aéreo (4,4%). As agências de veículos também melhoraram o desempenho (10,8%), consolidando o ano positivo, assim como o segmento de alimentação, com restaurantes e bares (8%). Por outro lado, houve queda no transporte rodoviário, com perda de 19,9% em relação a dezembro de 2022.

O estudo é baseado nas informações da Pesquisa Anual de Serviços, mediante dados atualizados com as variações da Pesquisa Mensal de Serviços, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os valores são corrigidos mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e foram escolhidas as atividades que têm relação total ou parcial com o turismo.

Apesar dos bons resultados e de uma expectativa de melhora nas condições econômicas das famílias brasileiras, o setor teme pelo fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). "A entidade trabalha ativamente pela manutenção do Perse, visto que o programa, criado em 2021 para socorrer o segmento de eventos – que trabalha com muitas atividades turísticas, tem papel relevante para o resultado final. Há um consenso entre especialistas e observadores do setor que a medida contribuiu significativamente para manter investimentos das empresas, renegociar dívidas e gerar novos postos de trabalho depois do período pandêmico", escreveu a Fecomercio.

PACOTE DE MEDIDAS

Câmara pode votar PL que padroniza taxa de juros no âmbito do Judiciário

IANDER PORCELLA E GIORDANNA NEVES/AE

A Câmara pode votar hoje, um projeto de lei que padroniza a aplicação de taxas de juros no âmbito de decisões do Judiciário. A proposta faz parte do pacote de medidas microeconômicas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios e impulsionar o mercado de crédito no País.

A equipe econômica argumenta que a falta de consenso sobre os juros aplicados em contratos de dívida sem taxa previamente definida ou em casos de responsabilidade civil extracontratual faz com que o Judiciário use referências inadequadas. A proposta também uniformiza a correção monetária de contratos e facilita a realização de operações de crédito fora do sistema bancário.

O projeto tramita com urgência constitucional, dispositivo que o governo pode usar quando encaminha ao Congresso um projeto e tem pressa para que ele seja votado. Nesse regime, a proposta passa a trancar a pauta da Câmara quando o envio completa 45 dias. Isso significa que, após esse prazo expirar, o texto precisa ser votado antes de os deputados analisarem outros projetos de lei ordinários.

O PL dos juros tranca a pauta a partir de hoje e, caso não seja pautado no plenário, pode impedir a votação de outros projetos importantes para o Ministério da Fazenda, como o da reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Também pode barrar a análise das propostas de reformulação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e contribuição previdenciária especial dos municípios, que devem ser enviadas em breve.

O relator do PL dos juros, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), finalizou um relatório preliminar no fim de semana, com poucos ajustes em relação ao texto original do Executivo. A ideia, segundo ele, é colher a partir de agora contribuições das bancadas partidárias da Câmara. Um outro parecer ainda pode ser divulgado.

O projeto altera o Código Civil para definir que o juro aplicado em decisões judiciais, sempre que não for previamente definido entre as partes, será uma taxa real baseada na média de rentabilidade das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) de cinco anos com mais 0,5% ao mês. O porcentual de acréscimo poderá, eventualmente, ser reduzido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

"Esta taxa é responsiva às condições de mercado, embute um prêmio de risco compatível com padrões de mercado e pode ser facilmente adotada no âmbito do Judiciário. Para simplificar sua aplicação pelos Tribunais, a Proposição prevê sua divulgação anual pelo Banco Central, conforme metodologia a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional", diz a Fazenda, na justificativa do projeto.

Essa regra valeria para empréstimos com fins econômicos sem juro definido, atraso no cumprimento de obrigações negociais quando as partes não definirem a taxa, responsabilidade civil decorrente de ato ilícito e perdas e danos quando não houver contrato.

De acordo com a Fazenda, a falta de consenso no Judiciário sobre a taxa a ser aplicada nesses casos faz com que as decisões judiciais alternem entre a Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, e a taxa real de 1% ao mês.

"Além da ausência de uniformidade, considera-se que ambas as taxas não se mostram mais adequadas para os fins aqui mencionados: a taxa Selic não remunera o credor adequadamente pelos riscos a que está exposto, ao passo que a taxa real de 1% ao mês não responde às condições de mercado, podendo ser relativamente alta ou baixa a depender de aspectos conjunturais", afirma o ministério.

O projeto ainda define que a atualização monetária dos contratos será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador de inflação no País, quando não houver outro índice previsto em contrato ou em lei.

"Busca-se, a partir das medidas apresentadas, o aumento da confiança das empresas brasileiras, especialmente no que tange às regras de estabilidade do custo de financiamento", diz o relatório preliminar de Pedro Paulo. "Trata-se de projeto de lei de inegável importância para a ordenação da vida econômica do país."

A proposta também padroniza as condições para realização de operações de crédito dentro e fora do sistema bancário, com condições mais favoráveis para os tomadores de crédito. Hoje, existe um limite máximo de juros apenas para as operações realizadas fora do sistema financeiro, o que, segundo a equipe econômica, restringe os financiamentos diretamente entre empresas.

"A existência de regra de limite de juros exclusivamente para operações fora do sistema financeiro induz à intermediação mesmo quando ela não é a opção mais eficiente, gerando custos desnecessários a diversas operações que poderiam ser realizadas diretamente entre poupadores e tomadores de crédito", justifica a Fazenda.

TERCEIRA SEMANA

Balança tem superávit de US$ 1,503 bilhão

EDUARDO RODRIGUES/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US$ 1,503 bilhão na terceira semana de março (dias 11 a 17). De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US$ 6,455 bilhões e importações de US$ 4,951 bilhões.

No mês de março, o superávit acumulado é de US$ 3,576 bilhões e, no ano, de US$ 15,518 bilhões.

Até a terceira semana do mês, a média diária das exportações registrou queda de 4% na comparação com a média diária do período em 2023, com baixa de 13,4% em Agropecuária, recuo 4,0% em Indústria Extrativa e alta 1,7% em produtos da Indústria de Transformação.

Já as importações tiveram crescimento de 8,8% no período, também na comparação pela média diária, com avanço de 21,1% em Agropecuária, alta de 34,6% em Indústria Extrativa e avanço de 6,8% em produtos da Indústria de Transformação.

IBC-BR

Prévia do PIB brasileiro cresce 0,6% em janeiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A economia brasileira começou 2024 em expansão. Considerado uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) cresceu 0,6% em janeiro, superando a projeção do mercado financeiro de alta de 0,26%.

Na comparação com janeiro do ano passado, o indicador cresceu 3,45%. No acumulado de 12 meses terminados em janeiro, o índice acumula alta de 2,47%. Os dados são desassonalizados, livres de oscilações associadas a uma determinada época do ano.

Apesar da alta em janeiro, o IBC-Br desacelerou em relação a dezembro, quando registrou crescimento de 0,82%. Divulgado todos os meses pelo Banco Central, o IBC-Br analisa a atividade econômica em três componentes: indústria, comércio e serviços.

Esse é o quinto mês seguido de alta no IBC-Br. Apesar da desaceleração em relação ao mês anterior, o fato de o indicador ter crescido além das previsões das instituições financeiras mostra que a economia brasileira atravessa um momento favorável.

DÍVIDAS

Proposta para estados será levada Lula, afirma Haddad

FERNANDA TRISOTTO E LUIZ ARAÚJO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que aguarda uma agenda com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para apresentar a ele os parâmetros da proposta do governo para os indexadores da dívida dos Estados. Após o aval do chefe do Executivo, Haddad vai iniciar a negociação com os governadores.

"Me reuni com todos os governadores, praticamente. Assim que submeter os parâmetros ao presidente Lula, eu apresento para eles. Só estou dependendo de uma agenda com o presidente Lula e, ato contínuo, eu convoco a reunião com os governadores para apresentar o esboço do que nós estamos imaginando e começar uma negociação", disse Haddad, em uma breve conversa com jornalistas após retornar da reunião ministerial, que ocorreu na manhã desta segunda-feira no Palácio do Planalto.

Nas últimas semanas, Haddad recebeu governadores para discutir questões relativas às dívidas dos entes. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), já havia afirmado que os Estados, especialmente os que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), pleiteiam mudanças nos critérios dos indexadores da dívida e que as conversas com a equipe econômica tinham avançado.

Já o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que também abordou o assunto com Haddad e que o ministro já havia se comprometido a apresentar uma proposta a Lula.

O governador havia adiantado que isso deve se tornar um projeto de lei complementar sobre o tema.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da **Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.** e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**16.458**	19.195
Contas a receber de clientes	5	**7.690**	5.365
Tributos a recuperar		**1.009**	1.259
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	**54.461**	51.998
Outros ativos circulantes		**334**	127
Total do Ativo Circulante		**79.952**	77.944
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		**112**	112
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	**516.171**	503.588
Depósitos judiciais e cauções		**602**	-
Imobilizado		**52**	33
Total do Ativo Não Circulante		**516.937**	503.733
Total do Ativo		**596.889**	581.677

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	7	**5.138**	8.469
Empréstimos	8	**13.952**	6.108
Debêntures	9	**1.915**	437
Dividendos a pagar	10	**11.487**	8.602
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	11.1	**598**	570
Provisão contingente	12	**-**	357
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11.2	**-**	1.602
Outros passivos circulantes		**1.152**	826
Total Passivo Circulante		**34.242**	26.971
Não Circulante			
Empréstimos	8	**196.195**	210.349
Debêntures	9	**35.719**	36.065
Pis e Cofins diferidos	13	**20.828**	20.279
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11.2	**17.575**	15.510
Provisão contingente	12	**741**	-
Total Passivo Não Circulante		**271.058**	282.203
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	**148.043**	148.043
Reserva legal	14	**13.267**	10.828
Reserva de lucros	14	**130.279**	113.632
Total Patrimônio Líquido		**291.589**	272.503
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**596.889**	581.677

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**48.789**	36.221
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**48.789**	36.221

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	70.875	97.554	9.017	-	177.446
integralização de capital	77.168	-	-	-	77.168
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.221	36.221
Constituição de reservas	-	25.808	1.811	(27.619)	-
Dividendos pagos	-	(9.730)	-	-	(9.730)
Dividendos propostos	-	-	-	(8.602)	(8.602)
Saldo em 31 dezembro 2022	**148.043**	**113.632**	**10.828**	**-**	**272.503**
Reversão de reserva de lucros para pagamento de dividendos	**-**	**(18.115)**	**-**	**-**	**(18.115)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**48.789**	**48.789**
Constituição de reservas	**-**	**34.762**	**2.439**	**(37.201)**	**-**
Dividendos propostos	**-**	**-**	**-**	**(11.588)**	**(11.588)**
Saldo em 31 dezembro 2023	**148.043**	**130.279**	**13.267**	**-**	**291.589**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	**77.765**	71.768
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	**(3.611)**	(4.980)
Resultado operacional bruto		**74.154**	66.788
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	16	**(1.630)**	(2.177)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**72.524**	64.611
Despesas financeiras	17	**(23.291)**	(27.130)
Receitas financeiras	17	**3.101**	1.470
Resultado financeiro líquido		**(20.190)**	(25.660)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**52.334**	38.951
Contribuição social	11	**(998)**	(778)
Imposto de renda	11	**(2.083)**	(1.539)
Contribuição social diferida	11	**(163)**	(145)
Imposto de renda diferido	11	**(301)**	(268)
Lucro líquido do exercício		**48.789**	36.221

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**52.334**	38.951
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:			
Depreciação - imobilizado		**13**	21
Juros sobre empréstimos tomados	8	**14.852**	18.774
Juros sobre debêntures tomados	9	**3.638**	3.737
Provisão (reversão) de contingências	12	**383**	(511)
Receita diferida	15	**(15.046)**	(15.575)
Tributos diferidos	15	**549**	568
Rendimento sobre aplicação financeira		**-**	(1.470)
Lucro ajustado		**56.723**	44.495
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		**(2.325)**	(1.215)
Depósitos judiciais		**(601)**	-
Tributos a recuperar		**(372)**	(650)
Outros ativos		**(207)**	100
Fornecedores e outras contas a pagar		**(3.331)**	(287)
Outros passivos		**326**	(60)
Imposto de renda e contribuição social pagos	11	**(2.432)**	(1.949)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**47.781**	40.434
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		**(32)**	(26)
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital		**-**	5.000
Aplicações financeiras e recursos financeiros		**-**	1.470
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		**(32)**	6.444
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos	8	**(5.879)**	(5.571)
Juros pagos de empréstimos	8	**(15.283)**	(21.025)
Pagamento de debêntures	9	**(559)**	-
Juros pagos de debêntures	9	**(1.947)**	(1.860)
Dividendos pagos	10	**(26.818)**	(9.730)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(50.486)**	(38.186)
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		**(2.737)**	8.692
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		**19.195**	10.503
No final do exercício		**16.458**	19.195
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		**(2.737)**	8.692

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social - A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL. **1.2. Concessão** - Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA. Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos. As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2023. **2.2. Moeda funcional e de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. a) Julgamentos - Julgamentos considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Nota explicativa 14.2 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Nota explicativa 8 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. b) Estimativas e Premissas - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros -** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. a) Ativos financeiros - i) *Classificação e mensuração - Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é Reapresentado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são Reapresentados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Avaliação do modelo de negócio - Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. b) Passivos financeiros - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. *Reconhecimento inicial e mensuração* - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente* - a mensuração de passivos financeiros é como segue: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado* - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento*: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. c) Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Caixa e equivalente de caixa -** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual -** Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a LEST regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1° de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **3.4. Passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.6. Dividendos -** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omisso, a importância determi-

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

nada de acordo com as seguintes normas: *"I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"* **3.7. Contingências -** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes -** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Reconhecimento de receita -** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual **3.11. Despesas operacionais -** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.12. Imposto de renda e contribuição social -** a) Correntes - O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência. *Diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.13. Impostos sobre a receita -** a) Impostos sobre serviços - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.14. Despesas e receitas financeiras -** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.15. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023 - 3.15.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 -** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.15.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 – Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia. **3.16. Outras considerações sobre os valores correspondentes -** Certos valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens: **(a)** Apresentação destacada em diferentes contas patrimoniais dos valores correspondentes ao efeito do *Gross Up* de Pis e Cofins no cálculo do ativo de contrato, refletindo, portanto, a aplicação do item 7.10 do CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro sobre a compensação de saldos; **(b)** Outras reclassificações para melhor apresentação.

Ativo		31/12/2022 Divulgado	Ajuste	31/12/2022 Reclassificado
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	50.100	1898	51.998
Despesas antecipadas	(b)	122	(122)	-
Depósitos judiciais e cauções	(b)	5	(5)	-
Outros ativos circulantes	(b)	-	127	127
Ativo circulante		**76.046**	**1898**	**77.944**
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	485.207	18.381	503.588
Ativo não circulante		**485.352**	**18.381**	**503.733**
Ativo Total		**561.398**	**20.279**	**581.677**
Passivo				
Passivo circulante		**26.971**	**-**	**26.971**
Pis e Cofins Diferido	(a)	-	20.279	20.279
Passivo não circulante		**261.924**	**20.279**	**282.203**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**561.398**	**20.279**	**581.677**

4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	4	-
Banco	116	107
Aplicação financeira (i)	16.338	19.088
Total	**16.458**	**19.195**

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB FIC FI RF REF DI), que tiveram no ano de 2023, remuneração média referenciado ao CDI de 98,05% (2022 96,75%). A carteira de findo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5. Concessionárias e permissionárias	31/12/2023	31/12/2022
Concessionarias e permissionárias (a)	6.357	5.365
CDE (b)	1.333	-
Total	**7.690**	**5.365**

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R$521 em 05/01/2024, R$519 em 15/01/2024, R$4.166 em 25/01/2024, R$519 em 05/02/2024 e R$632 provenientes de créditos a serem recebidos. (b) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício. **6. Concessão do serviço público (ativo de contrato):** Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Receita Anual Permitida - RAP - O investimento total previsto era de aproximadamente R$324 milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. teve a sua entrada em operação parcial em fevereiro/2020, uma antecipação de 24 meses em relação ao cronograma Aneel. A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019. A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020. A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23 de fevereiro de 2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30 de dezembro de 2020.

Descrição	LEST
Linhas de Transmissão	
Margem de construção	56,47%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	5,06%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	62.527
Ativo de contrato 31/12/2021	**540.010**
Receita de operação e manutenção	6.287
Receita de operação e manutenção - margem	630
Remuneração do ativo de contrato	65.206
RAP realizada	(59.085)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	2.538
Ativo de contrato 31/12/2022	**555.586**
Receita de operação e manutenção	6.587
Receita de operação e manutenção - margem	658
Remuneração do ativo de contrato	67.045
RAP realizada	(61.667)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	2.423
Ativo de contrato 31/12/2023	**570.632**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	54.461	51.998
Não circulante	516.171	503.588
	570.632	**555.586**

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$62.527 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 (Resolução Homologatória N° 3.208) e R$61.379 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **7. Fornecedores:** Os saldos de fornecedores são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
O&M	359	415
Materiais	113	348
Serviços de terceiros	152	65
Aluguel	0	15
Outros	146	80
Provisão de custo de construção (a)	4.368	7.546
Total	**5.138**	**8.469**

(a) Provisão referente a itens previstos no contrato de construção ainda não realizados, com expectativa de realização ao longo de 2024. **8. Empréstimos:** Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	**202.835**	208.714	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%
Juros	**7.312**	7.743			
Total	**210.147**	216.457			

(i) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R$211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 não havia parcelas inadimplidas. A movimentação do empréstimo, financiamento e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (i)	216.457	14.852	(5.879)	(15.283)	210.147
	216.457	**14.852**	**(5.879)**	**(15.283)**	**210.147**
Total circulante	**6.108**				**13.952**
Total não circulante	**210.349**				**196.195**

O financiamento, classificado no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2023
2025	7.279
2026	7.247
2027	8.313
2028	8.913
2029 a 2038	164.443
	196.195

9. Debêntures: Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (a)	**37.076**	35.946	15/03/2034	Semestral	IPCA + 5,3649%
Juros	**558**	556			
Total	**37.634**	36.502			

(a) Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R$27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
1ª Emissão de Debêntures (i)	36.502	3.638	(559)	(1.947)	37.634
	36.502	**3.638**	**(559)**	**(1.947)**	**37.634**
Total circulante	**437**				**1.915**
Total não circulante	**36.065**				**35.719**

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2023
2025	2.060
2026	2.395
2027	3.490
2028	5.414
2029 a 2034	22.360
	35.719

10. Partes relacionadas Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2022	Reversão de reserva de lucros	Dividendos propostos	Pagamentos de dividendos	Saldo em 31/12/2023
Sertões Holding S.A.	8.602	18.115	11.588	(26.818)	**11.487**
Total	8.602	18.115	11.588	(26.818)	**11.487**

11. Imposto de renda e contribuição social a pagar: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP:

Lucro presumido	31/12/2023	31/12/2022
Receita anual permitida	**4.916**	56.928
Receita CDE	**61.667**	2.826
Receita operacional	**66.583**	59.754
Base presunção IRPJ 8%	**5.327**	4.780
Base presunção CSLL 12%	**7.990**	7.170
Receitas financeiras	**3.101**	1.470
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	**8.428**	6.250
Despesa de IRPJ	**(2.083)**	(1.539)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	**11.091**	8.640
Despesa de CSLL	**(998)**	(778)
Total de despesas IRPJ/CSLL	**(3.081)**	(2.317)
Receita do ativo contratual da concessão	**15.047**	12.907
Base presunção IRPJ 8%	**1.201**	1.072
Despesa de IRPJ diferido	**(301)**	(268)
Base presunção CSLL 12%	**1.806**	1.608
Despesa de CSLL diferida	**(163)**	(145)
Total de despesas IRPJ/CSLL - atualizado	**(3.545)**	(2.730)

11.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar: A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	**570**	438
Impostos calculados	**3.081**	2.317
Impostos deduzidos	**(621)**	(236)
Impostos pagos	**(2.432)**	(1.949)
Saldo final dos impostos a pagar	**598**	570

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	**17.112**	16.699
Impostos calculados	**463**	413
Saldo final dos impostos a pagar	**17.575**	17.112
Total circulante	**-**	1.602
Total não circulante	**17.575**	15.510

12. Provisão contingente: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 24 processos de servidão e 2 de reparação de danos materiais com prognostico provável.

	31/12/2023	31/12/2022
Constituições de Provisões – Prováveis	**741**	357
Total	**741**	357
Circulante	**-**	357
Não circulante	**741**	-

13. Pis e Cofins diferidos: Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida). A movimentação de PIS e COFINS está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Saldo inicial PIS e COFINS diferidos	**20.279**	19.710
Impostos calculados no ano	**549**	569
Saldo final PIS e COFINS diferidos	**20.828**	20.279

14. Patrimônio Líquido: Capital Social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
Sertões Holding	**90.435.006**	**148.043**	**100%**	90.435.006	148.043	100%
	90.435.006	**148.043**	**100%**	90.435.006	148.043	100%

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2022 no valor de R$5.000, com a consequente emissão 5.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data. Em 14 de novembro de 2022 a companhia V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das ações que detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia. Em 23 de dezembro de 2022 houve um novo aumento de capital no valor de R$72.168, com a consequente emissão 14.559.962 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data. Na mesma data a companhia V2I transferiu o restante das ações que detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia. Não houve alteração no capital social durante o exercício de 2023. **Reserva Legal -** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**48.789**	36.221
Reserva legal (5%)	**2.439**	1.811
Saldo inicial	**10.828**	9.017
Calculado no ano	**2.439**	1.811
Total	**13.267**	10.828

Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, "do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei n° 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório".

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**48.789**	36.221
Reserva legal (5%)	**(2.439)**	(1.811)
Base para dividendos	**46.350**	34.410
Alíquota	**25%**	25%
Dividendos propostos	**11.588**	8.602

Reserva de lucro - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**48.789**	36.221
Reserva legal (5%)	**(2.439)**	(1.811)
Dividendos propostos	**(11.588)**	(8.602)
Reserva de lucros	**34.762**	25.808
Movimentação da reserva de lucro		
Saldo inicial	**113.632**	97.554
Reversão de reserva para pagamento de dividendos	**(18.115)**	-
Calculado no ano	**34.762**	25.808
Dividendos pagos	**-**	(9.730)
Total	**130.279**	113.632

Lucro por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**48.789**	36.221
Lucro por ação	**0,5395**	0,4005

15. Receita operacional líquida: A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita anual permitida	**61.667**	56.928
Receita de remuneração do ativo de contrato	**15.047**	15.575
Receita CDE	**4.916**	2.826
Encargos do consumidor	**(886)**	(812)
PIS e COFINS sobre faturamento	**(2.430)**	(2.181)
PIS e COFINS diferido	**(549)**	(568)
Total	**77.765**	71.768

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados: Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	31/12/2023	31/12/2022
Custo com serviços tomados	**(4.551)**	(4.219)
Custo com pessoal	**(465)**	-
Custo com materiais	**(273)**	(184)
Custo com locação de veículos	**(81)**	(20)
Custo com impostos e taxas	**(14)**	(10)
Custo com energia elétrica	**(301)**	(253)
Demais custos	**(547)**	(294)
Reversão de provisão (i)	**2.621**	-
Total	**(3.611)**	(4.980)

(i) O montante refere-se à reversão de custos provisionados os quais anteriormente foram reconhecidos no passivo, que após revisão a Administração concluiu que as condições e eventos que originaram a provisão inicialmente estimada não se materializaram conforme previsto, resultado na reavaliação da probabilidade de saída de caixa associada a esses custos. **17. Outras despesas e receitas operacionais:** Os saldos de outras despesas e receitas operacionais são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros tomados	**(990)**	(1.415)
Despesas com internet e telefonia	**(460)**	(1)
Despesas com pessoal	**-**	(252)
Depreciação e amortização	**(13)**	(20)
Outras despesas operacionais	**(167)**	(489)
Total	**(1.630)**	(2.177)

18. Resultado financeiro: Os saldos do resultado financeiro são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	**(18.489)**	(22.511)
IOF, comissões e taxa	**(4.673)**	(4.609)
Multa e acréscimos moratórios	**(40)**	(10)
Outras despesas financeiras	**(89)**	-
Despesas financeiras	**(23.291)**	(27.130)
Receita com aplicação financeira	**2.824**	1.470
Outras receitas financeiras	**277**	-
Receitas financeiras	**3.101**	1.470
Resultado financeiro, líquido	**(20.190)**	(25.660)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2023 é R$14.851 e em 31/12/2022 é R$18.774. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2023 é de R$3.638 e em 31/12/2022 é de R$3.737. **19. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2023 até 08 de maio de 2024
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	07 de maio de 2023 até 07 de maio 2024

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002580133, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R$70 milhões e um prêmio anual no valor de R$ 351. (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0038752.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R$20 milhões. e um prêmio anual no valor de R$ 37. **20. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalente de caixa	2	16.458	19.195
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Concessionárias e permissionárias	2	7.690	5.365
Passivo mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Empréstimos	2	210.147	216.457
Debêntures	2	37.634	36.502
Fornecedores	2	5.138	8.469

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **20.1 Fatores de risco financeiro -** As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) Risco de crédito - Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo. b) Risco de capital - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,15253% em 31 de dezembro de 2023. c) Riscos de taxa de juros - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. d) Risco de liquidez - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **20.2 Gestão do capital -** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **21. Evento subsequente:** A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato -** Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registra o montante de R$ 570.632 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 6, 14 e 15, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor -** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis -** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards* Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em 48 circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC RJ-093771/O

Sigilo quebrado

BC comunica vazamento de dados cadastrais de 46 mil chaves Pix

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Um total de 46.093 chaves Pix de clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada (Fidúcia) tiveram dados cadastrais vazados.

A informação foi divulgada ontem pelo Banco Central (BC). Esse foi o sexto vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do "compromisso com a transparência".

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo da Phi Pagamentos ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que esses serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu para os clientes desconsiderarem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

HISTÓRICO

Esse foi o sexto incidente de vazamentos de dados do Pix desde a criação do sistema, em novembro de 2020. Em agosto de 2021, ocorreu o vazamento de dados 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese). Inicialmente, o BC tinha divulgado que o vazamento no Banese tinha atingido 395 mil chaves, mas o número foi revisado mais tarde.

Em janeiro de 2022, foi a vez de 160,1 mil clientes da Acesso Soluções de Pagamento terem informações vazadas. No mês seguinte, 2,1 mil clientes da Logbank pagamentos também tiveram dados expostos.

Em setembro de 2022, dados de 137,3 mil chaves Pix da Abastece Ai Clube Automobilista Payment Ltda. (Abastece Aí) foram vazados. O caso mais recente ocorreu em setembro do ano passado, quando 238 chaves Pix da Phi Pagamentos foram expostas.

Em todos os casos, foram vazadas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC.

Fazenda

Projeto que muda impostos de aplicações seguirá para Casa Civil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Ministério da Fazenda envia hoje à Casa Civil o projeto de lei que simplifica a cobrança de impostos sobre aplicações financeiras, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele informou que a tributação de dividendos, principal ponto da reforma do Imposto de Renda, ficará para mais tarde, mas sai ainda este ano.

Segundo Haddad, o texto do projeto sobre as aplicações financeiras está "pactuado" com o mercado financeiro e não deve enfrentar resistência. A Casa Civil analisará o projeto antes de o enviar ao Congresso, o que não tem data para ser feito.

Hoje acaba o prazo de 90 dias estabelecido pela emenda constitucional da reforma tributária para que o governo envie ao Congresso o projeto de lei que reforma a tributação da renda e dos salários. Haddad, no entanto, nega que o governo esteja descumprindo a Constituição porque, em dezembro do ano passado, editou a medida provisória com a reoneração da folha de pagamentos, que está incluída no tema.

"No fim de dezembro, já estávamos cumprindo a norma constitucional", disse Haddad ao deixar o Ministério da Fazenda. O ministro explicou que o governo optou por fatiar a reforma tributária sobre a renda em diversos projetos de lei. No ano passado, o governo adiantou parte da reforma ao enviar ao Congresso o projeto que tributa as offshores (empresas de investimentos no exterior) e antecipa a cobrança de Imposto de Renda de fundos exclusivos.

BITRIBUTAÇÃO

Em relação à tributação de dividendos, parcela do lucro de uma empresa distribuída aos acionistas com isenção de imposto, Haddad disse que o texto levará algum tempo para ser concluído. Segundo o ministro, são necessários mais estudos para evitar a bitributação, cobrança de um mesmo tributo duas vezes.

"Não podemos tributar a (pessoa) jurídica e a (pessoa) física somando as alíquotas. O nosso compromisso sempre foi de manter a carga tributária estável. E esse compromisso continua mantido. Lembrando que qualquer incremento de imposto sobre renda ou patrimônio vai ser usado para diminuir a alíquota do imposto sobre o consumo, de maneira que a tributação geral do Brasil permaneça constante, porém mais justa", justificou Haddad.

Para manter a carga tributária constante, a equipe econômica quer tributar os dividendos e, ao mesmo tempo, reduzir o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Caso não haja essa compensação, a tributação sobre o lucro no Brasil subiria consideravelmente, a ponto de inibir a abertura de empresas e a criação de empregos.

Balanço

Magazine Luiza lucra R$ 101,5 mi no 4º trimestre

ARAMIS MERKI II/AE

O lucro líquido ajustado do Magazine Luiza foi de R$ 101,5 milhões no quarto trimestre de 2023, uma reversão do resultado negativo de R$ 15,2 milhões apurado no mesmo período de 2022. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado também ficou positivo ao final de dezembro: R$ 756,5 milhões, alta anual de 12,3%. A margem Ebitda ajustado foi de 7,2%, 1,2 ponto porcentual (p.p.) a mais que no ano anterior - também foi o maior resultado para o indicador desde 2019. A receita líquida teve queda anual de 5,5% e fechou em R$ 10,549 bilhões.

Sem os ajustes não recorrentes, o lucro líquido da Magazine Luiza foi de R$ 212,2 milhões, reversão de prejuízo líquido de R$ 35,9 milhões um ano antes. A empresa explica que entre receitas e despesas não recorrentes estão provisões para o diferencial de alíquota (Difal) do ICMS de 2022 e a contabilização de venda de participação na Luizaseg, entre outros.

A margem bruta ficou em 30,3%, crescimento de 2,5 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2022 e praticamente estável em relação ao período imediatamente anterior. Segundo a empresa, isso se deve à conclusão de repasse do difal, além de campanhas comerciais incluindo a da Black Friday. A data, no ano passado, foi a mais rentável da história da Magalu. A margem de produtos aumentou 1,1 p.p. no período, enquanto a receita de serviços contribuiu com 1,4 p.p. para a margem bruta total.

VENDAS

As vendas totais, incluindo lojas físicas, e-commerce com estoque próprio e lojistas virtuais (*marketplace*) ficaram praticamente estáveis, com variação de -0,1%, e atingiram R$ 17,947 bilhões. Em 2023, as vendas totais foram de R$ 63 bilhões, apresentando um crescimento de 5% comparado a 2022.

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 22º 65% 06:10 18:19

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Solenidade de São José

Celebramos neste dia 19 de março de 2024 a Solenidade de São José, patrono universal da Igreja, esposo da Virgem Maria e pai adotivo de Jesus. Lembramos de São José como o chefe de família, e um pai cuidadoso, zeloso e fiel cumpridor das leis judaicas. No dia 1º de maio, lembraremos de São José como o operário e trabalhador que sustentava, através do suor de seu trabalho, Maria e Jesus. Nesse dia também agradeceremos os 11 anos que o Papa Francisco deu início ao seu ministério petrino. Que São José interceda pela sua missão.

A Sagrada Escritura não traz muitos detalhes sobre a vida de São José e nem como era o convívio diário da Sagrada Família. Sabemos que São José era justo e fiel aos preceitos judaicos, tanto era justo que resolve abandonar Maria em segredo ao saber que ela estava grávida, pois ele não sabia ainda que era por obra do Espírito Santo e nem havia compreendido. Se ele abandonasse Nossa Senhora, corria o risco de ela ser apedrejada, pois na época as mulheres adúlteras sofriam o apedrejamento. Depois, ele compreende e acolhe Maria consigo e, posteriormente, Jesus.

Por isso, o que a Sagrada Escritura traz sobre São José são esses momentos antes de Jesus nascer e após o seu nascimento, e narra para nós o cuidado que ele tinha com Maria e Jesus, sobretudo quando procura um lugar para que Jesus nascesse, e depois a fuga para o Egito e após a morte de Herodes, a volta para Nazaré da Galileia.

Por mais que não esteja tão presente na Sagrada Escritura, sabemos que São José deve ter ensinado a Jesus os preceitos da religião judaica e ainda o ofício de artesão. São José toma Maria e o menino Jesus e os apresenta no templo, e depois quando participam da *"festa das tendas"*, e no retorno Jesus fica no templo e debate com os doutores da Lei.

São José tem tanta importância para a Igreja que a celebração de seu dia tem grau de solenidade e é celebrado na cor branca. A data da solenidade, como mencionei, cai no dia 19 de março. Este ano será numa terça-feira, sempre ocorre em meio ao tempo quaresmal, a Igreja faz uma pausa no período quaresmal para com alegria celebrar o padroeiro da Igreja universal. Nessa missa da Solenidade de São José abre-se uma exceção e entoa-se o hino de louvor (Glória).

Se o Dia de São José tem grau de solenidade, significa que é uma oportunidade de participar da Santa Missa, e todas as paróquias podem colocar missa nesse dia antes ou após o trabalho para dar oportunidade aos fiéis de participar desta pedindo a intercessão de São José. É importante irmos à missa e rezar por todas as famílias, pelas vocações sacerdotais e religiosas, pela paz no mundo e pelas necessidades da Igreja.

São José foi declarado patrono universal da Igreja em 1870, através do Papa Pio IX, com o decreto *"Quemadmodum Deus"*. Leão XIII, por meio da Encíclica *"Quanquam Pluries*, propôs que São José fosse o advogado dos lares cristãos. Pio XII o declarou como "exemplo para todos os trabalhadores" e fixou o dia 1º de maio como a Festa de São José trabalhador. Por isso, primeiro celebramos a fé de São de José e protetor das famílias, depois São José como trabalhador e protetor de todos os trabalhadores.

São José tem um papel fundamental na continuidade da história da salvação, pois ele dá continuidade à descendência Davídica, e dessa forma a vontade de Deus se cumpriu. Jesus entra em Jerusalém montado num jumentinho e aclamado como rei, da mesma forma que Davi prevê que aconteceria no Antigo Testamento. Quando o anjo aparece a José, disse: *"Ela dará à luz um filho e tu o chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará o seu povo dos seus pecados" (Mt 1,21*).

A vida de São José deve ser um exemplo para todos nós, e todos os pais devem se inspirar em São José, sendo bons maridos em casa e bons chefes de famílias. Os pais hoje devem conquistar os seus filhos, ser companheiros de seus filhos, e educá-los na fé e no amor. Não existe família perfeita, mas as famílias devem fazer de tudo para viver bem.

Façamos o esforço de participar da missa em louvor a São José com a família reunida, pedindo a intercessão de São José para que a nossa família seja o exemplo da Sagrada Família de Nazaré. É claro que toda a família tem seus problemas diários, mas que esses problemas sejam superados com amor. A família é a Igreja doméstica, e a família que reza unida permanece unida. Por isso, tenhamos momentos de oração juntos como família, pedindo a intercessão de Deus.

Lembramos dos que têm o nome José, sejam homens ou mulheres (muitas mulheres chamam-se Maria José), que o santo padroeiro abençoe a todos. Que essas pessoas se espelhem no santo e façam das suas vidas uma imitação do que foi São José.

Peçamos a São José a intercessão para que nossas colheitas sejam produtivas e tenhamos fartura de alimento ao longo de todo o ano. Que por intercessão de São José as chuvas sejam fartas ao longo de todo o ano e não enfrentemos a falta d'água.

Aqui no Brasil, o Dia dos Pais é celebrado somente no segundo domingo de agosto, mas em alguns países é celebrado no Dia de São José, que é um exemplo de Pai para todos nós. Peçamos a intercessão de São José por todos os pais, reze por aqueles que já faleceram e se seu Pai ainda é vivo, faça uma ligação ou visite-o nesse dia.

Celebremos com alegria esse Dia de São José, peçamos que ele interceda por nós junto a Deus pai, e que todas as famílias sigam o exemplo desse grande santo. Sejamos fiéis à Palavra de Deus e anunciemos com alegria a mensagem de fé e de esperança. Se possível participe da celebração Eucarística nesse dia, confiando todas as famílias a paternal intercessão de São José.

EPIDEMIA DE DENGUE

Prefeitura decreta estado de emergência em saúde

LARA CASTELO/AE

A cidade de São Paulo decretou emergência de saúde por dengue ontem. O anúncio foi feito pela Secretaria de Saúde de SP, que informou que a medida será publicada em edição extra no *Diário Oficial*. O decreto acontece após a cidade ultrapassar 300 casos confirmados da doença por 100 mil habitantes, o que configura um cenário de epidemia.

De acordo com boletim da Secretaria de Saúde, foram registrados 414 casos da doença a cada 100 mil habitantes na capital em 2024 O número bruto de casos confirmados foi 49.721 mil. No período, também foram confirmados 11 óbitos.

Ainda segundo o boletim, o distrito com maior incidência no número de casos foi o Jaguara, na zona oeste, com mais de 5 mil casos por 100 mil habitantes. Outras regiões, como Itaquera e São Miguel, na zona leste, além de São Domingos e Jaçanã, na zona norte, também se destacam com mais de 1 mil casos por 100 mil habitantes no período.

Com o decreto, de acordo com a secretaria, estão autorizadas todas as medidas administrativas necessárias para o combate da dengue na cidade de São Paulo, entre elas compra de materiais e insumos, além de contratação de serviços e ações de vigilância sanitárias para o combate do mosquito transmissor.

Para o prefeito Ricardo Nunes, o principal impacto do decreto será o aumento da conscientização sobre a necessidade de combate à doença. "Mais de 80% dos criadouros do Aedes aegypti, mosquito transmissor da dengue, estão nos domicílios. É preciso que toda a população atue no combate da disseminação da doença", comentou, durante evento sobre outro tema na manhã desta segunda

A secretaria destaca ainda outras medidas que já vinham sendo tomadas no combate à dengue, como: extensão no horário de funcionamento da Assistência Médica Ambulatorial (AMAS), que, a partir desta segunda-feira, vai até às 22h; compra de 400 mil testes de dengue, disponíveis gratuitamente nas 471 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e aumento no número de agentes nas ruas.

CENÁRIOS

Há quase duas semanas, no dia 5 de março, o Estado de SP decretou emergência de saúde por dengue. O decreto também aconteceu após o Estado atingir 300 casos confirmados de dengue por 100 mil habitantes, segundo comunicado do governo emitido na ocasião. Até o momento, de acordo com o Ministério da Saúde, foram registrados mais de 300 mil casos prováveis e 72 óbitos em decorrência da dengue no Estado em 2024.

No âmbito nacional, os casos de dengue também seguem em alta. Só em 2024, foram registrados mais de 1,6 milhão de casos prováveis da doença, número maior que o registrado em todo ano de 2023. Além disso, foram confirmados 513 óbitos devido à doença no País.

ENEL

Apagão deixa Santa Casa e diversos bairros sem energia

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Moradores de diversos bairros da região central de São Paulo relataram, nas redes sociais, problemas de falta de energia ontem. Eles reclamaram de falta de energia em bairros como Higienópolis, Consolação, Santa Cecília, Bela Vista e Vila Buarque.

O problema atingiu, inclusive, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, localizada na Vila Buarque. Em nota, a Santa Casa informou que ficou sem energia elétrica na manhã de ontem por causa de um apagão que ocorreu na região central.

Também foi registrada falta de energia no Hospital Santa Isabel, da Rede D'Or. Nota divulgada pelo hospital informa que o problema ocorreu por volta das 10h de ontem. "Prontamente, conforme protocolo de contingência, o gerador foi acionado, sem que houvesse interrupção nos serviços emergenciais. A concessionária Enel deu previsão de retorno até as 16h", diz a nota.

"Os atendimentos ambulatoriais e exames precisaram ser adiados e serão remarcados posteriormente. O hospital está sendo alimentado por geradores nas áreas de internação e emergências", informou a Santa Casa.

Segundo a Enel Distribuição São Paulo, a interrupção no fornecimento de energia foi provocada por uma ocorrência na rede subterrânea que atende a região de Higienópolis. "Equipes da distribuidora estão trabalhando para identificar a causa e realizar reparos. A Enel acrescenta que está mobilizando geradores para abastecer um hospital e outros clientes prioritários da região", diz nota da concessionária.

Esta foi a terceira ocorrência de falta de luz em São Paulo nos últimos quatro dias, período em que a cidade vem enfrentando uma onda de forte calor.

Na última sexta-feira, o Aeroporto de Congonhas, na zona sul paulistana, ficou sem energia e precisou suspender as operações de pouso e de decolagem por mais de uma hora. A Enel informou, na ocasião, que uma ocorrência na rede elétrica que abastece o aeroporto causou a interrupção no fornecimento de energia no terminal. A concessionária acrescentou que fez manobras na rede e atuou para restabelecer o serviço. De acordo com a Enel, as causas do ocorrido ainda serão apuradas.

No sábado passado, comerciantes da Rua 25 de Março reclamaram de um apagão na região central.

O mais grave apagão na cidade de São Paulo ocorreu no dia 3 de novembro do ano passado, quando 2,1 milhões de clientes da Enel ficaram sem energia elétrica na região metropolitana de São Paulo. Houve casos em que residências e estabelecimentos comerciais ficaram sem luz por dias.

Por causa disso, em fevereiro deste ano, a Enel foi multada em R$ 165,8 milhões pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo o auto de infração feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a concessionária Enel não prestou serviços de forma adequada. A companhia só acionou significativamente as equipes de manutenção – próprias e terceirizadas – em 6 de novembro, três dias após um temporal que derrubou árvores e comprometeu o abastecimento de energia em diversas áreas da capital paulista e dos arredores.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) e 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 36ª (trigésima sexta) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em duas séries, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12.5 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 03 de abril de 2024, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A não declaração de vencimento antecipado da Operação em decorrência do descumprimento dos Índices Financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Waiver"), sendo certo que este item estará sujeito à aprovação dos itens "ii", "iii" e "iv" abaixo; (ii) A alteração, nos Documentos da Operação, conforme aplicável, dos termos definidos: a. "Dívida Bruta", que passa a ser compreendido como "Dívida Bruta Abrangente"; b. "Dívida Líquida", que passa a ser compreendido como "Dívida Líquida Abrangente" (iii) A inclusão, nos Documentos da Operação, conforme aplicável, das definições de: a. "Dívida Bruta", cuja definição será: "significa o somatório de todas as dívidas contraídas pela FMFS, sejam elas de curto ou longo prazo." b. "Dívida Líquida", cuja definição será: "significa o passivo com instituições financeiras ou entidades assemelhadas, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos ou garantidos, confissão de dívida, mútuos passivos e garantias reais ou fidejussórias, deduzidos os saldos em caixa e as aplicações financeiras de liquidez imediata." (iv) A alteração dos Índices Financeiros para que passem a ser os seguintes: a. Dívida Líquida / EBITDA Máximo, medido pela razão entre **"Dívida Líquida/EBITDA"** sendo menor ou igual a (i) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) 3,10 (três inteiros e dez centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento; b. Dívida Líquida Abrangente / EBITDA Máximo, medido pela razão entre **"Dívida Líquida Abrangente/EBITDA"** sendo menor ou igual a (i) 3,95 (três inteiros e noventa e cinco centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) 3,55 (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento; c. Dívida Bruta Máxima, que deverá ser menor ou igual a (i) R$ 570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento; e d. Dívida Bruta Abrangente Máxima, que deverá ser menor ou igual a (i) R$ 792.000.000,00 (setecentos e noventa e dois milhões de reais) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) R$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões de reais) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento. (v) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, conforme definido na cláusula 12.10 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: fiduciario@commcor.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 15 de março de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

Diário do Acionista

Tels.: (21)
99122-4278

Nota

HOMEM É MORTO A TIROS EM FRENTE A BAR NA RUA DA CONSOLAÇÃO, NO CENTRO DE SP

Um homem foi morto a tiros na Rua da Consolação, na região central da cidade de São Paulo, na noite de sábado passado. O caso foi registrado em frente a um bar nas proximidades das ruas Maria Antônia e Dr. Cesário Mota Júnior, área muito frequentada por universitários. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), a vítima chegou a ser encaminhada para a Santa Casa, que nos arredores do local do crime, mas não resistiu aos ferimentos. "Policiais militares foram acionados para atender a ocorrência , no endereço indicado, encontraram a vítima baleada", disse a SSP A perícia e o Instituto Médico Legal (IML) também foram acionados.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 83ª (OCTOGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da série única da 83ª (octogésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), **da Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 15.3 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 03 de abril de 2024, às 09:30 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A autorização para exclusão do Performance Bond do rol de Garantias da Operação, bem como de todas as obrigações e disposições presentes nos Documentos da Operação referentes ao Performance Bond; (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um do valor global dos CRI, conforme definido na cláusula 15.9 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: fiduciario@commcor.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 15 de março de 2024.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Martins - Diretora de Securitização

DITADURA

MPF pede multa e implicação de 42 ex-agentes torturadores

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo protocolou ontem ações na Justiça para responsabilizar 42 ex-agentes da ditadura militar pelos atos de tortura e desaparecimento dos opositores do regime. A ação envolve o ex-coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, o ex-delegado Sérgio Paranhos Fleury, ambos falecidos, além de outras pessoas que integraram o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e o Instituto Médico Legal (IML) na década de 70.

As ações requerem a responsabilização civil dos acusados e pede o pagamento de R$ 2,1 milhões para reparar os atos de sequestro, tortura, assassinato desaparecimento e ocultação dos corpos de 19 militantes políticos. No caso dos acusados que já morreram, a indenização deve ser paga pelos herdeiros, segundo o MPF.

Na avaliação dos procuradores, os atos praticados pelos acusados não podem ser anistiados pela Lei de Anistia nas esferas cível, ramo do direito que trata da indenização, e criminal.

"A anistia brasileira é um típico exemplo de autoanistia, criada justamente para beneficiar aqueles que se encontravam no poder. Tal forma de anistia é claramente reprovada pelo Direito Internacional, que não vê nela qualquer valor. Não bastasse, o Congresso Nacional não possuía nenhuma autonomia e independência e seria pueril crer que havia, àquela altura, uma oposição firme que pudesse se opor à aprovação da Lei de Anistia", argumentaram os procuradores.

LAUDOS FALSOS

Na ação, o MPF detalhou o papel de colaboração do IML de São Paulo na elaboração de laudos falsos para ocultar as marcas de tortura dos corpos que chegavam ao instituto.

Os corpos eram enviados ao IML com a inscrição T, que identificava o corpo como "terrorista". O sinal era um comando para os peritos tomarem medidas para ocultar as agressões nos laudos que eram elaborados pelas equipes.

As omissões ocorreram no caso do jornalista Vladimir Herzog, preso e torturado ao se apresentar ao DOI-Codi, em 1975. Segundo os peritos, Herzog não foi torturado e teria cometido suicídio.

O estudante Emmanuel Bezerra, morto em 1973, teve os dedos, umbigo, testículos e pênis arrancados, mas o laudo apontou que o falecimento ocorreu pela troca de tiros com policiais. Em outro laudo necroscópico, a causa da morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino foi informada como atropelamento. Na verdade, ele faleceu após ser submetido a sessões de tortura que o deixaram incapaz.

EX-COMANDANTE

Brigadeiro diz que Ciro Nogueira 'agride' instituição militar

RAYSSA MOTTA/AE

O ex-comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Baptista Júnior, reagiu ontem, aos ataques do senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil no governo Jair Bolsonaro, que o acusou de mentir no depoimento do inquérito do golpe.

Carlos Baptista e o general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, confirmaram à Polícia Federal que receberam propostas golpistas do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Sem citá-los nominalmente, Ciro Nogueira escreveu nas redes sociais: "Quer dizer que agora um chefe, dois chefes (?) de Forças Militares testemunham um Golpe de Estado e não fizeram nada?", publicou o senador.

"Está absolutamente provado que há um criminoso inconteste. Ou o criminoso que cometeu prevaricação ao não denunciar ao País o 'golpe' ou o caluniador que o denuncia hoje, não tendo ocorrido "

Em seu perfil no X, o ex-comandante da Aeronáutica afirmou que o senador "agride a instituição militar" e usa o caso como plataforma eleitoral.

"Ao tentar apoio para as eleições de 2026, o senador Ciro Nogueira agride a instituição militar e demonstra desconhecer a lei brasileira, que estabelece que a continência militar é devida às autoridades, não às pessoas."

Carlos Baptista relatou à Polícia Federal que Bolsonaro aventou a possibilidade de golpe. Ele narrou que chegou a se retirar de uma reunião com o ex-presidente e que se recusou a receber uma proposta de decreto golpista.

O general Marco Antônio Freire Gomes atribuiu ao ex-presidente a articulação de reuniões com comandantes das Forças Armadas para discutir "hipóteses de utilização de institutos jurídicos como GLO (Garantia da Lei e da Ordem), estado de defesa e sítio em relação ao processo eleitoral".

REUNIÃO

Lula pede foco de ministros em programas que já foram lançados

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Em reunião com sua equipe de ministros na manhã de ontem em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um balanço dos principais resultados do primeiro ano de governo e fez recomendações para que as ações anunciadas e recriadas comecem a ser percebidas pela população. O encontro, que começou por volta das 9h, no Palácio do Planalto, terminou pouco depois das 14h.

Na primeira parte da reunião, Lula afirmou que "ainda falta muito para se fazer" e criticou o governo anterior por ter abandonado a população, além de tentar um golpe de Estado. Em seguida, o presidente acompanhou balanços apresentados pelos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda).

Em coletiva após o término da reunião, o chefe da Casa Civil destacou que o presidente quer foco nos programas que já foram lançados, e que não deve haver anúncio de novas ações agora, mas a concretização das medidas prometidas. Além disso, segundo Rui Costa, é preciso que a população seja bem informada, por meio de dados comparativos, sobre os resultados do governo.

"O que o presidente pediu, na segunda etapa da reunião, é que cada ministro e ministra procure revisitar tudo que lançou, que ele não quer ver anunciados novos programas, novas ações. Tem que concretizar aquilo que foi lançado, que já tem um portfólio bastante robusto. E que a gente procure agregar, em indicadores que sejam compreendidos pela população, os resultados do governo, os resultados da economia, o resultado das coisas que estamos fazendo", observou.

AVALIAÇÃO

Durante a coletiva, jornalistas questionaram os ministros sobre pesquisas recentes que apontaram queda na popularidade do presidente da República, apesar dos bons indicadores econômicos obtidos ao longo do último ano.

Sobre o assunto, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta, atribuiu à necessidade de que as políticas públicas comecem a aparecer, como a construção de casas do programa Minha Casa Minha Vida e o início dos novos programas na área de educação, como o Pé-de-Meia (que concede bolsas a estudantes do Ensino Médio).

"Não dá pra você imaginar que as pessoas vão perceber uma melhoria real na sua qualidade da sua vida até que a política pública chegue lá na ponta. O presidente Lula tem muita clareza disso. Nós entendemos que, na medida em que as políticas públicas forem chegando e a vida das pessoas, efetivamente, for melhorando, essa percepção fará com que a confiança e o sentimento das pessoas em relação ao Brasil e ao futuro também se alterem de forma positiva", argumentou.

"Essas oscilações de avaliação do governo são naturais, quem já foi governo sabe disso e, portanto, não há nenhum sobressalto, nenhuma preocupação adicional, apenas de que todos tenham, no horizonte, que é preciso afunilar e organizar as entregas a partir de agora", acrescentou Rui Costa.

Durante a semana, Lula deve seguir uma agenda de viagens domésticas, para diferentes estados, para anunciar entregas do governo e se aproximar da população. Há previsão, por exemplo, de agendas em Tocantins e Goiás, estados ainda não visitados pelo presidente em seu terceiro mandato.

ATÉ 2030

Senado discute projeto que proíbe veículos novos movidos a gasolina

RAFAELA FERREIRA/AE

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal vai debater, amanha, um projeto de lei que proíbe a venda de veículos novos movidos a combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, a partir de janeiro de 2030. A proposta também estabelece que, depois de 2040, ficará vedada, em todo território nacional, a circulação destes automóveis. Caso aprovado na CMA e não tiver recurso de Plenário, texto seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

A proposta também determina que os veículos movidos a biocombustíveis, como o etanol, continuarão liberados. Além de abrir exceções para automóveis de coleção, veículos oficiais e diplomáticos ou carros de visitantes estrangeiros, que poderão continuar circulando no país, mesmo que utilizem combustíveis fósseis.

Na justificativa, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), autor do projeto, diz que o setor de transportes responde pela sexta parte das emissões mundiais de dióxido de carbono, principal agente do efeito estufa. "O motivo é que, no mundo, 95% da energia utilizada pelos veículos vêm da queima de combustíveis fósseis", diz Nogueira.

Com isso, a substituição destes veículos será por automóveis movidos a eletricidade, carregados pelas tomadas da rede elétrica, por exemplo. "Desejamos que, no ano de 2030, a grande maioria dos automóveis fabricados em nosso território sejam do tipo elétrico. Com isso, podemos passar à solução definitiva do problema, que é a proibição da circulação de automóveis movidos com combustíveis fósseis (hoje, a gasolina, o diesel e o gás natural)", mostra texto.

Segundo Nogueira, tal medida já está sendo discutida por países desenvolvidos. Na França e Reino Unido, o debate é para que a proibição de veículos movidos a combustíveis fósseis ocorra a partir de 2040. Já na Noruega, a proposta é vedar carros como estes em 2025.

ELEIÇÕES 2022

Dino é relator de recurso de Bolsonaro contra multa do TSE por ataques a Lula

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado relator do recurso apresentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e pela coligação Pelo Bem do Brasil para tentar anular a multa de R$ 70 mil imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo impulsionamento indevido de críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha de 2022.

A Justiça Eleitoral só permite o impulsionamento de publicações na internet para promoção do próprio candidato ou campanha. O uso do recurso para fazer propaganda negativa, ou seja, para atacar os adversários, é vedado.

O ponto de partida da ação é um vídeo que associa a imagem de Lula aos escândalos do Mensalão e do Petrolão.

Os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Kassio Nunes Marques, que atuam no TSE, foram excluídos da distribuição do recurso.

Flávio Dino foi indicado por Lula ao Supremo Tribunal Federal. Ele foi ministro da Justiça no primeiro ano de governo do petista, antes da nomeação ao STF.

Bolsonaro recorreu ao STF após tentar, sem sucesso, reverter a multa no próprio Tribunal Superior Eleitoral. Os advogados do ex-presidente alegam que o valor fixado é "desproporcional". A multa corresponde ao dobro do valor gasto para o impulsionamento do conteúdo.

"Por se tratar de norma punitiva, com previsão de vultosa pena pecuniária, a questão reveste-se de balizas próprias do Direito Sancionador, não se podendo aplicar de forma indistinta penalidade como se o ato se revestisse de absoluta ilegalidade", argumentam os advogados.

FACIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 04.156.862/0001-69 - Matrícula 185.588
Edital de Primeira Convocação para Assembleia de Sócios

Francisco Pedro Soares Brandão, administrador da sociedade Facio Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CPNJ/ME sob o nº 04.156.862/0001-69, com seus atos constitutivos registrados no RCPJ-RJ sob o nº 185.588 ("Sociedade"), convoca os sócios Espólio de Antônio Carlos Hilário Soares Brandão, Francisco Pedro Soares Brandão e Maria Cecília Soares Brandão para participar de assembleia de sócios, a ocorrer em 28 de março de 2024, às 17:00, em Edifício Galeria Sul America, Rua da Quitanda, 86, 2nd andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ , para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) inclusão de cláusula no contrato social da Sociedade sobre deliberações envolvendo incorporação, cisão, fusão e transformação; (ii) a alteração da sede social da Sociedade; (iii) a destituição da sócia Maria Cecília do cargo de sócia gerente; e (iv) alteração do contrato social da Sociedade para que esta possa ser representada por apenas um único administrador.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2023

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 98/2023 no dia 01/04/2024 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Insumos para Hemodinâmica (CONJUNTO PARA PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS COM MANIFOLD DE 5 VIAS, LINHA DE PRESSÃO E CARTUCHO DESCARTÁVEL COM DUAS TORNEIRAS, COM TRANSDUTOR BT-201, EXTENSOR DE EQUIPO, COM 100 CM, RÍGIDO, PARA ALTA PRESSÃO, LUER LOCK, QUE SUPORTE ATÉ 300 PSI, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL e etc.) Processo nº. 33409.003961/2023-37. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2024
(Retificação e Ratificação das deliberações tomadas na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024)

1. Data, horário e local: Realizada em 18 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da V2i Energia S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. Mesa**: Sr. Vagner Alexandre Serratto, como Presidente e Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca, como Secretário(a). **3. Presença**: Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. Convocação**: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. Ordem do dia**: foram tomadas as seguintes análises e deliberações, observados os impedimentos legais, **(i)** a retificação e ratificação de determinado ponto constante das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 12 de março de 2024 ("AGE"), às 10:00 horas, cuja ata foi devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o número 00006131930, por meio da qual os acionistas (a) aprovaram a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie com garantia real, no valor total de R$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, por meio do rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (b) aprovaram a outorga de garantia real para as obrigações decorrentes das Debêntures na forma da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo), a ser constituída nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo); (c) autorizaram aos Diretores e procuradores da Companhia a negociar e acordar todos e quaisquer termos e a praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e (d) ratificaram todo e qualquer ato já praticado pela Diretoria da Companhia com vistas à efetivação do deliberado nos itens (a) a (c); e **(ii)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da presente ordem do dia, bem como todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da ordem do dia das deliberações tomadas na ata da RCA. **6. Deliberações**: após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista aprovou, sem quaisquer ressalvas, o que segue: **6.1** Retificam a deliberação tomada no subitem "6.1 (v)" da ata da AGE, de forma a retificar a Data de Emissão (conforme definido abaixo) das Debêntures. Diante de tal retificação, os termos da deliberação "6.1 (v)" ata da AGE passará a vigorar da seguinte forma: *"6.1. A realização da Emissão e da Oferta, bem como seus termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais: (...) (v) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1 de março de 2024 ("Data de Emissão");"* **6.2** Ratificam todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da presente ordem do dia, bem como todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da ordem do dia das deliberações tomadas na ata da AGE. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Vagner Alexandre Serratto (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. *Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.* Rio de Janeiro, 18 de março de 2024. **Vagner Alexandre Serratto -** *Presidente da Mesa*, **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca -** *Secretária*.

VERÃO: Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 35º 24º 95% 05:55 18:05

SAÚDE

Ministério da Saúde inicia nova gestão de hospitais federais no RJ

RAFAEL DA CARVALHO CARDOSO/A BRASIL

O Ministério da Saúde deu início ontem aos trabalhos do Comitê Gestor que administrará seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Segundo a pasta, o órgão vai atuar por pelo menos 30 dias junto às direções de cada hospital, para recuperar e reestruturar as unidades depois de "anos de precarização".

O Comitê Gestor vai ser dirigido pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (Saes), com representantes do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), assessorias, coordenações e secretarias do Ministério da Saúde. Um dos objetivos declarados é melhorar a governança e o diálogo entre servidores, sindicatos e gestores.

Todos os processos de aquisição de medicamentos e insumos e de contratação de obras foram centralizados no Ministério da Saúde. A medida foi tomada para aumentar o poder de negociação da pasta e garantir maior eficiência e controle na distribuição dos insumos, o que significa evitar falhas no abastecimento e desperdícios.

Segundo o ministério, outras iniciativas estão em curso para melhoria do sistema, que ocorrem desde o início de 2023. Entre as melhorias, o ministério citada a reabertura de mais de 300 leitos; inauguração do Hospital Dia, no Hospital Federal do Andaraí (HFA), na zona norte da cidade; novo setor de oncologia, sala de radiografia digital, tomógrafo e cinco aparelhos de raio-x portáteis no Hospital do Andaraí; e contratação de 294 profissionais, entre médicos, farmacêuticos, fisioterapeutas e assistentes sociais. A pasta lembra ainda que um edital para 500 vagas temporárias nos hospitais federais está aberto.

Cristiane Gerardo, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Sindsprev/RJ), reclama que a situação nos hospitais é dramática, "depois de anos de desmonte e sucateamento". Ela cita como exemplo a situação do Hospital Cardoso Fontes, na zona oeste, que até então não teve a obra do telhado finalizada.

"Quando você tem uma chuva forte, inunda o hospital e paralisa todo o sistema de maquinário, os elevadores, inunda o almoxarifado, estraga o estoque de produtos. E depois os servidores são acusados de não terem responsabilidade sobre essas obras estruturais, de serem suspeitos e incompetentes", disse Cristiane.

A dirigente sindical concorda com a centralização das compras dos hospitais, mas é contra a centralização da gestão administrativa. "Uma coisa é a grade de compra comum, que deve ser construída. Assim como articular os estoques das unidades, para evitar desperdícios e compras desnecessárias. Outra coisa é você acabar com a gestão dos hospitais. É transformar diretores em meros zeladores. Não tem evidência que justifique isso", disse a sindicalista

GENOCÍDIO

Israel invade maior hospital de Gaza e leva terror a palestinos

O Exército de Israel iniciou uma operação ontem, no maior hospital da Faixa de Gaza e em suas imediações, afirmando que os terroristas do Hamas estão escondidos lá. Testemunhas relataram ataques aéreos e a presença de tanques perto o hospital Al Shifa, na cidade de Gaza, onde milhares de civis estão refugiados.

"A operação é baseada em informações sobre o uso do hospital por terroristas de alto escalão do Hamas", afirmou o Exército, que pediu à população civil que abandone "imediatamente" a área do hospital.

Os combates começaram durante a madrugada nas imediações do hospital. Alguns moradores afirmaram que "mais de 45 tanques e veículos blindados de transporte de tropas israelenses" entraram em Al Rimal, bairro onde fica o hospital.

"Os soldados identificaram terroristas atirando contra eles a partir de vários edifícios do hospital. Os soldados responderam aos terroristas e atingiram vários deles", afirmou o Exército. Os militares disseram que mataram um comandante do Hamas que estava armado e escondido dentro do centro médico, e que um dos seus próprios soldados foi morto na operação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que está "terrivelmente preocupada" com os combates perto de Al Shifa, que funciona com capacidade mínima e com uma equipe reduzida. A ONU afirma que menos de um terço dos hospitais do território, cercado e à beira da fome, estão em funcionamento, mas apenas de maneira parcial.

O Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo grupo terrorista Hamas, disse que cerca de 30 mil pessoas estão abrigadas no hospital, incluindo pacientes, pessoal médico e pessoas que fugiram de suas casas em busca de segurança. A guerra deslocou cerca de 80% da população de Gaza.

O exército invadiu o Hospital Shifa pela última vez em novembro, depois de afirmar que o grupo terrorista Hamas mantinha um elaborado centro de comando nas instalações. Os militares revelaram um túnel que leva a algumas salas subterrâneas, bem como armas que disseram ter sido encontradas dentro do hospital. Mas as provas ficaram aquém das afirmações anteriores e os críticos acusaram o exército de colocar imprudentemente em perigo a vida de civis.

Em paralelo, em Rafah, cidade do extremo sul, os quase de 1,5 milhão de palestinos aglomerados, segundo a ONU, estão sob a ameaça de uma ofensiva terrestre. "Nenhuma pressão internacional impedirá que alcancemos todos os objetivos da nossa guerra", reiterou no domingo, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, antes de dizer que não iniciará a operação "deixando a população presa".

MEDINDO FORÇAS

Coreia do Norte retoma testes de mísseis e amplia tensões com rivais

A Coreia do Norte disparou vários mísseis balísticos de curto alcance em direção às suas águas na manhã de ontem, disseram países vizinhos, dias após o fim dos exercícios militares anuais realizados pela Coreia do Sul pelos EUA.

O Ministério da Defesa do Japão disse que a Coreia do Norte disparou três mísseis. O primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, disse numa sessão parlamentar que os mísseis norte-coreanos pousaram nas águas entre a Península Coreana e o Japão, todos fora da zona econômica exclusiva do Japão, e que não foram relatados danos ou feridos.

Os militares da Coreia do Sul disseram que também detectaram "vários" supostos lançamentos balísticos de curto alcance pela Coreia do Norte na manhã desta segunda-feira. Eles chamaram os lançamentos de "clara provocação" que ameaça a paz na Península Coreana, e afirmaram que a Coreia do Sul manterá a prontidão para repelir qualquer provocação da Coreia do Norte, com base na sua sólida aliança militar com os Estados Unidos.

De acordo com avaliações japonesas e sul-coreanas, os mísseis norte-coreanos disparados da região da sua capital percorreram uma distância de 300-350 quilômetros e atingiram uma altitude máxima de 50 quilômetros.

O Departamento de Estado dos EUA condenou os lançamentos, dizendo que representam uma ameaça para os vizinhos do Norte e minam a segurança regional. Uma declaração da pasta afirmou que os EUA o compromisso com a defesa da Coreia do Sul e do Japão permanece inflexível.

TJRJ

Juiz absolve PMs que mataram e arrastaram mulher com viatura

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) absolveu seis policiais militares envolvidos no caso da morte da auxiliar de serviços gerais Claudia Silva Ferreira, em 2014. Ela foi baleada perto de casa, no Morro da Congonha, em Madureira, no subúrbio do Rio de Janeiro. O caso ganhou notoriedade porque um vídeo flagrou o corpo da Claudia sendo arrastado por cerca de 300 metros por uma viatura da Polícia Militar durante tentativa de socorro. A morte de Claudia completou dez anos no último sábado. A decisão que absolveu os PMs é do juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira, e foi tomada no último dia 22 de fevereiro. O processo tratou de duas acusações. Os PMs Rodrigo Medeiros Boaventura e Zaqueu de Jesus Pereira Bueno eram acusados por homicídio, por terem atirado em direção à vítima. À época, ambos chegaram a ser presos.

Em outra linha de acusação, além dos dois PMs citados, Adir Serrano Machado, Alex Sandro da Silva Alves, Rodney Miguel Archanjo e Gustavo Ribeiro Meirelles eram acusados de fraude processual por terem removido o corpo da vítima do local em que ela foi baleada.

LEGÍTIMA DEFESA

O juiz entendeu que não houve indícios suficientes sobre a autoria dos disparos que atingiram Claudia. Ela tinha saído de casa para comprar pão quando foi surpreendida por uma troca de tiros entre os dois policiais e traficantes. Nos autos do processo, o juiz Alexandre Abrahão cita o depoimento do delegado Julio Cesar Phyrro de Carvalho, que afirmou que o local onde os acusados estavam era "no alto da comunidade, em região densa de mata, com pouca visibilidade". Além disso, não foi possível recuperar o projétil que acertou Claudia, para que fosse realizado confronto balístico com as armas dos PMs. Na ocasião, foram apreendidos na comunidade três pistolas, diversas munições deflagradas, rádio comunicador e grande quantidade de drogas. "Diante do conjunto probatório existente nos autos, infere-se que os acusados agiram em legítima defesa", diz trecho da sentença.

Sobre a remoção do corpo, a Justiça entendeu que os policiais o colocaram na viatura em uma tentativa de socorrer Claudia em uma unidade de saúde. Nos depoimentos, os PMs alegaram que acreditavam que a vítima ainda mantinha sinais vitais e acrescentaram que moradores da comunidade partiram para cima dos agentes com postura hostil, dificultando o socorro."No banco traseiro da viatura havia alguns armamentos. A população estava revoltada e tentou tomar para si as armas, bem como agredir os policiais.

Como os agentes tinham que socorrer Claudia, não houve tempo hábil para retirar as armas do banco.

Em razão disso, eles a colocaram dentro da caçapa da viatura", afirmou em depoimento Wagner Cristiano Moretzsohn, comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar à época. "Não esperei a chegada da ambulância porque havia risco de novo confronto armado e era necessário socorrê-la rapidamente", justificou em depoimento o PM Rodrigo Boaventura.

MAR NEGRO

Vitórias da Ucrânia sobre frota russa fortalecem exportações de grãos

Um surpreendente sucesso militar ucraniano sobre a frota russa do Mar Negro tem permitido que a Ucrânia aumente suas exportações de grãos para níveis próximos aos anteriores à guerra. Os embarques mais do que dobraram em dezembro em relação a setembro, para mais de 5 milhões de toneladas. Se continuar, o avanço deve adicionar US$ 3,3 bilhões à economia ucraniana, com crescimento econômico de 1,2 ponto porcentual, segundo Yulia Svyrydenko, ministra da Economia da Ucrânia.

A Ucrânia era um dos cinco principais exportadores globais de grãos, enviando ao exterior cerca de dois terços de sua produção, até a invasão russa, em fevereiro de 2022.

A Turquia e as Nações Unidas intermediaram um acordo a partir de julho de 2022 para permitir o trânsito de navios de grãos, mas eles sofreram com atrasos de cinco ou seis semanas, em média, devido a inspeções de autoridades russas e de outros países. Em julho de 2023, a Rússia se recusou a estender o acordo.

A partir de agosto, a Ucrânia realizou uma série de ataques a navios de guerra e instalações navais da Rússia. Embora os ucranianos não tenham navios de guerra próprios, o país usou drones navais e mísseis de cruzeiro para afundar navios em alto mar e nos principais portos de Sevastopol e Novorossiysk.

Nos últimos quatro meses de 2023, a Ucrânia destruiu um quinto da frota da Rússia no Mar Negro, segundo o Ministério da Defesa britânico.

A Ucrânia também utilizou drones para atacar um petroleiro russo que tinha reabastecido as forças russas na Síria, servindo como alerta de uma ameaça mais ampla.

O efeito foi afastar a Marinha russa de grande parte do Mar Negro e abrir espaço para navios comerciais retomarem as exportações de cereais a partir de Odessa. Os navios contornam a costa para permanecer nas águas da Romênia, Bulgária e Turquia, que são todos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), reduzindo ainda mais a ameaça de interferência da Rússia.

Um ingrediente-chave para o transporte é o seguro. O governo ucraniano trabalhou com seguradoras internacionais, incluindo a Lloyd's de Londres e a Marsh McLennan, para ajudar os navios de grãos que navegam de e para a Ucrânia a encontrar cobertura acessível. Em 1º de março, esse programa foi expandido para toda a carga não militar, como aço e minério de ferro.

Contudo, as exportações abundantes foram impulsionadas por um excedente de produtos que foram acumulados enquanto as exportações recuavam, disse Volodymyr Slavinskiy, diretor de comércio da Nibulon, um dos maiores exportadores de grãos da Ucrânia. Agora, o custo de logística e produção é mais alto do que antes, reduzindo o lucro e o investimento, disse.

Para o ano agrícola que termina em junho, os agricultores da Ucrânia devem plantar grãos em uma área quase um terço menor do que antes da guerra, segundo previsão do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

FAMÍLIA REAL

Princesa Kate Middleton aparece fazendo compras com príncipe William

Em meio a especulações sobre seu estado de saúde, a princesa britânica Kate Middleton foi vista em público neste fim de semana juntamente com o seu marido, príncipe William, parecendo "felizes, relaxados e saudáveis", conforme noticiaram os tabloides britânicos *The Sun e Daily Mail*.

Sem participar de compromissos oficiais desde o Natal, a princesa de Gales está afastada de sua vida pública desde o dia 16 de janeiro, quando foi submetida a uma cirurgia abdominal planejada, segundo a família real, sem revelar mais detalhes sobre o procedimento.

De acordo com a imprensa britânica, Kate foi vista no sábado, passado, com o marido em uma loja localizada a cerca de um quilômetro de sua casa em Adelaide Cottage, em Windsor, que fica a 40 quilômetros de Londres. Uma testemunha citada pelo *The Sun* disse que "depois de todos os rumores que têm circulado, fiquei surpreso ao vê-los ali".

Kate estava fazendo compras e parecia feliz e bem, disse a testemunha. "Os filhos não estavam com eles mas é um bom sinal que ele esteja bem para ir às compras", afirmou a fonte, que falou sob condição de anonimato. O casal também teria passado a manhã de domingo, 18, assistindo aos filhos, Charlotte, George e Louis, praticando esportes.

Embora o Palácio de Kensington tenha afirmado que o retorno de Kate aos eventos oficiais da família real só está previsto, pelo menos, para depois da Páscoa, o *The Sun* sugeriu que a princesa pode estar planejando o seu retorno aos compromissos públicos para 31 de março, domingo de Páscoa, quando a família real britânica tradicionalmente vai a pé até a igreja para assistir a uma missa.

Por outro lado, o especialista em família real Phil Dampier declarou ao *Daily Mail* que embora muitas pessoas fiquem felizes em saber que Kate está fora de casa, outras pessoas "estarão dizendo que se ela está bem o suficiente para ser vista pelo público, então por que não podemos saber o que há de errado com ela?".

No dia 10 de março, Kate Middleton publicou uma foto com seus três filhos - oficialmente, uma publicação em homenagem ao Dia das Mães no Reino Unido.